



Interpeleção Escrita

Residentes de Macau provenientes dos mais diversos estratos sociais revelaram, junto de deputados à Assembleia Legislativa, que aos olhos dos trabalhadores locais, os actos de combate aos trabalhadores ilegais não passam de “um espectáculo para inglês ver”. Trabalhadores da construção civil referiram, junto de deputados à Assembleia Legislativa, que não existe nenhum mecanismo de cooperação para combater o trabalho ilegal nos estaleiros, onde presumivelmente se encontram trabalhadores ilegais. Assim, antes de o pessoal da fiscalização chegar ao local, os responsáveis conseguem sempre afastar aqueles trabalhadores, portanto, as acções de fiscalização resultam em nada. Recentemente, trabalhadores locais que exercem funções nos casinos também referiram, junto de deputados, que alguns grupos empresariais que operam dentro dos casinos transferem frequentemente os seus trabalhadores não residentes que exercem funções nas mais diversas áreas para exercerem, ilegalmente, funções nos casinos. Mais, antes de o pessoal da fiscalização chegar ao local, os referidos grupos empresariais conseguem antecipar-se e esconder aqueles trabalhadores num local determinado. Pelo exposto, sem mecanismos de colaboração no âmbito da fiscalização, que permitam restringir estas situações, não vai ser possível travar estas ilegalidades.



Na resposta à minha interpelação, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais do Governo da RAEM afirma que existe, de facto, um certo grau de perigo nas acções de combate aos trabalhadores ilegais, e que o Governo tem de garantir a segurança das pessoas envolvidas nessas acções. Assim, tem de analisar a possibilidade de se introduzir um mecanismo de colaboração no âmbito da fiscalização, que permita entrar de imediato em contacto com as pessoas que têm conhecimento da existência de trabalhadores ilegais num determinado local, nomeadamente, deputados ou representantes das associações, com vista à sua inclusão nas acções de fiscalização e a erradicar o trabalho ilegal. Em finais do ano passado, aquando da discussão das Linhas de Acção Governativa para a Área da Segurança, o respectivo Secretário prometeu que ia analisar a possibilidade de incluir deputados à Assembleia Legislativa ou representantes das associações nesse mecanismo de cooperação para combate aos trabalhadores ilegais, mas que teria de ser tida em conta a segurança de todos os envolvidos. Contudo, até à data, ainda não se viu qualquer progresso quanto a esta matéria.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Tendo em conta a segurança do pessoal envolvido nas acções de combate ao trabalho ilegal, o Governo da RAEM deve implementar um mecanismo



de cooperação no âmbito da fiscalização, que permita entrar de imediato em contacto com as pessoas que têm conhecimento da existência de trabalhadores ilegais num determinado local, nomeadamente, deputados ou representantes das associações, com vista à sua inclusão nas acções de fiscalização, a erradicar o trabalho ilegal e a levar à justiça os respectivos infractores. O Governo está de acordo e vai fazer isso?

2. O Governo dispõe de alguma medida mais rigorosa para a fiscalização *in loco* e para acabar com os casos de trabalhadores não residentes a exercer funções em áreas para as quais não foram autorizados, nomeadamente, nos casinos?

3. O Governo dispõe de alguma medida mais rigorosa para a fiscalização *in loco*, a fim de erradicar o trabalho ilegal nos estaleiros da construção civil?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Ng Kuok Cheong

28 de Abril de 2014